



2º TRIMESTRE 2021

Valores acumulados

PAO 2021-2023 aprovado por Despacho conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, em 2 de julho 2021.

Índice

Sumário Executivo	2
1. Atividade Operacional.....	3
1.1. Procura	3
1.2. Oferta	3
1.3. Receitas	4
2. Gestão Económica e Financeira	5
2.1. Análise de Balanço	5
2.2. Síntese de Resultados	8
2.3. Fluxos de Caixa	10
2.4. Modelo de Financiamento	11
2.5. <i>Stock</i> da Dívida	11
3. Cumprimento das Orientações Legais	12
3.1. Plano de Redução de Custos (PRC).....	12
3.2. Frota Automóvel	13
3.3. Prazo Médio de Pagamentos	13
3.4. Evolução do Efetivo	14
3.5. Limites de Endividamento Bancário	14
3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado	14
4. Plano de Investimento	15
5. Análise dos principais desvios	17
6. Demonstrações Financeiras.....	18
6.1. Balanço.....	18
6.2. Demonstração de Resultados	19

Sumário Executivo

O presente relatório descreve a execução orçamental até ao final do 2.º trimestre de 2021, fazendo uma comparação detalhada com o orçamento (revisto em março) para o mesmo período, assim como com o período homólogo do ano anterior.

O PAO 2021 foi submetido em SIRIEF no mês de março, após reformulação, conforme análise da UTAM, tendo sido aprovado por Despacho conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, em 2 de julho 2021.

No global, verifica-se que o impacto das medidas de contenção da COVID-19, foi superior ao esperado na atividade do ML, com desvios significativos, quer a nível da procura, quer a nível da receita de venda de títulos ocasionais e passes.

Verificou-se um decréscimo na procura de -38,3% dos passageiros com título pago (-17,5 milhões de passageiros), comparativamente com o período homólogo, originando um decréscimo da receita tarifária (incluindo participações) em -36,3% (-11,9M€).

O resultado operacional reflete o decréscimo da receita, atingindo -27,2M€, o que implica uma variação desfavorável de 1,8M€, agravando 6,9% quando comparado com o período homólogo.

Os indicadores que avaliam a oferta apresentam uma variação negativa de 9,3%, com menos 1,2 milhões de carruagens x km, decorrente das medidas de contenção da COVID-19, que estabeleceram períodos de confinamento obrigatório e limitações à circulação de pessoas, com impacto direto na utilização de transportes públicos, nomeadamente na redução da lotação.

1. Atividade Operacional

1.1. Procura

Quadro 1 - Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	2.º TRIM 2020	2.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	28.146.537	45.653.675	27.150.202	-17.507.138	-38,3%	996.335	3,7%
Passageiros x km	149.395.863	241.366.098	146.316.353	-91.970.235	-38,1%	3.079.510	2,1%
Receitas totais (s/ IVA)	20.880.344 €	32.791.406 €	24.003.726 €	-11.911.062	-36,3%	-3.123.382	-13,0%
Receita média por passageiro	0,74 €	0,72 €	0,88 €	0,02 €	3,3%	-0,14	-16,1%

Fonte: DCL/DMS 020/1578707 (CIDS) | PAO 2021-2023 (DFI)

Para a análise da procura no 1.º semestre, importa salientar:

- Encerramento das escolas a 22 de janeiro de 2021, conforme DL n.º 3-C/2021;
- No período em análise, o Governo deu continuidade à aplicação de medidas de mitigação do Covid-19, com recomendações de isolamento social e de confinamento divulgadas desde o início de março de 2020, avaliação quinzenal das mesmas e respetiva adaptação à evolução pandémica do País;
- A 15 de março, o Governo deu início ao programa de desconfinamento.

As medidas de contenção da pandemia de covid-19, divulgadas a nível nacional, originaram impactos sem precedentes na procura sentidos, desde o dia 10 de março de 2020. As medidas sucessivas de confinamento conduziram a uma menor mobilidade e a uma redução drástica do turismo na cidade de Lisboa.

A redução do preço dos passes, iniciada a 1 de maio de 2019, tem conduzido a uma transferência de passageiros com títulos ocasionais para os novos títulos. A este efeito, juntaram-se no período em análise, as medidas que conduziram a uma menor mobilidade e a uma redução drástica do turismo na cidade de Lisboa, o que teve como consequência um decréscimo ainda mais acentuado nos Títulos Ocasionais. Deste modo, e apesar das quebras serem generalizadas quando comparadas com o período homólogo, estas foram superiores nos Títulos ocasionais (-44,9,0%), face aos Passes (-37%).

Apesar dos condicionalismos em termos de circulação de pessoas no decorrer do 1.º trimestre de 2021, verifica-se um desvio positivo de 3,7% nos dados de procura, nomeadamente de passageiros com título pago, face aos valores estimados para o período em análise, perspetivando a inversão relativamente à evolução e recuperação gradual da procura do serviço de transporte público.

1.2. Oferta

Quadro 2 - Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	2.º TRIM 2020	2.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km (circulações c/ passageiros)	11.505.015	12.690.478	14.386.033	-1.185.463	-9,3%	-2.881.018	-20,0%
Lugares x km	1.472.641.947	1.624.381.208	1.841.412.224	-151.739.261	-9,3%	-368.770.277	-20,0%
Comboios x km	2.420.458	2.422.760	2.608.072	-2.302	-0,1%	-187.614	-7,2%

Fonte: DOP/DMS 020/1578707 (CIDS) | PAO 2021-2023 (DFI)

Decorrente da situação conjuntural, conforme descrito anteriormente, os indicadores que avaliam a oferta apresentam uma variação negativa de 9,3% e um desvio face ao estimado de -20,0%, resultante da adaptação da oferta à procura.

1.3. Receitas

Quadro 3 - Receitas

RECEITAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	2.º TRIM 2020	2.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Receitas Tarifárias ¹	18.475.624 €	28.076.757 €	17.824.691 €	-9.601.134	-34,2%	650.932	3,7%
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	1.695.059 €	1.146.505 €	1.824.917 €	548.554	47,8%	-129.858	-7,1%
Pagamento por conta (PART)	709.661 €	3.568.143 €	4.354.117 €	-2.858.482	-80,1%	-3.644.456	-83,7%
Receitas tarifárias (inclui participações)	20.880.344 €	32.791.406 €	24.003.726 €	-11.911.062	-36,3%	-3.123.382	-13,0%
Pagamento por conta (COVID) ²	3.364.832 €	0 €	11.620.673 €	3.364.832	-	-8.255.842	-71,0%

¹ Bilhetes e Passes

² O pagamento por conta ("COVID") é considerado subsídio à exploração, não sendo considerado no cálculo do volume de negócios.

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

As receitas tarifárias (incluindo participações) registam uma variação negativa de 11,9 M€ face ao período homólogo. Nos primeiros 2 meses de 2020 assistia-se a uma evolução positiva na procura do serviço de transporte público, situação que se inverteu abruptamente com a implementação de medidas de contenção do Covid-19 a partir de março, nomeadamente, o confinamento obrigatório da população e limitações à circulação com impacte direto na utilização de transportes públicos, nomeadamente na redução da lotação.

Verifica-se um desvio negativo de 3,1 M€, devido essencialmente pelo valor de pagamento por conta (PART) recebido ser inferior ao previsto, e por não se especializarem estas receitas. Esta compensação é ajustada pela AML ao longo do ano, tendo o ML recebido uma única tranche de 710 m€ em janeiro¹.

O pagamento por conta "COVID"² apresenta uma variação positiva de 3,4 M€, dado em 2020 o valor contabilístico desta rubrica apenas foi ajustado no final do ano. O desvio negativo de 8,3 M€ face ao valor estimado deve-se por um lado, à não especialização deste rendimento, e por outro, o valor atribuído ao ML de 3,4 M€, é relativo apenas ao mês de janeiro, estando em falta os valores dos meses de fevereiro a junho, inclusive.

¹ Para obviar o decréscimo da receita, pela alteração tarifária ocorrida em abril de 2019, (Regulamento nº 278-A/2019), a AML passou a assegurar verbas a título de pagamento por conta. O Decreto-Lei nº 6-B/2021 de 15 de janeiro, veio prolongar a sua vigência para o ano de 2021.

² Mantendo-se o cenário de pandemia e com o objetivo de manter o nível de oferta do transporte público, o Decreto-Lei nº 6-B/2021 de 15 de janeiro veio prolongar a vigência do Despacho nº 8459/2020, que promulgou a atribuição de verbas adicionais em Pagamentos por Conta.

2. Gestão Económica e Financeira

2.1. Análise de Balanço

Quadro 4 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2020		Δ / PAO	
	2.º TRIM 2021	31.DEZ 2020	2.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Ativo não Corrente	5.553.807.543 €	5.591.500.051 €	5.599.307.226 €	-37.692.508 €	-0,7%	-45.499.682 €	-0,8%
Ativo Corrente	119.736.836 €	104.959.596 €	137.727.338 €	14.777.240 €	14,1%	-17.990.502 €	-13,1%
Total do Ativo	5.673.544.379 €	5.696.459.647 €	5.737.034.564 €	-22.915.268 €	-0,4%	-63.490.185 €	-1,1%
Capital Próprio	1.589.807.420 €	1.504.768.883 €	1.691.092.042 €	85.038.537 €	5,7%	-101.284.621 €	-6,0%
Passivo não Corrente	2.401.118.201 €	2.455.675.724 €	2.215.610.322 €	-54.557.523 €	-2,2%	185.507.879 €	8,4%
Passivo Corrente	1.682.618.758 €	1.736.015.040 €	1.830.332.200 €	-53.396.282 €	-3,1%	-147.713.442 €	-8,1%
Capital Próprio e Passivo	5.673.544.379 €	5.696.459.647 €	5.737.034.564 €	-22.915.268 €	-0,4%	-63.490.185 €	-1,1%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Principais variações no Balanço ao 2.º trimestre, face a 31 de dezembro de 2020:

Ativo não Corrente

- ILD: -25,4 M€
 - Imobilizações em curso ILD +26,3 M€;
 - Outros devedores -30,9 M€ (Estado - conta a receber), relacionada com a regularização de encargos financeiros ILD, nomeadamente, o reconhecimento da variação do *MTM* to *MTM* dos contratos *swap*;
 - Subsídios ao investimento -23,2 M€, valor recebido do Fundo Coesão (POSEUR) no 1º semestre 2021, para comparticipação do projeto de Expansão Rato/Cais do Sodré;
 - Outros ativos financeiros +2,0 M€ Instrumentos financeiros potencialmente favoráveis – ILD.
- Ativos fixos tangíveis: -6,2 M€
 - Essencialmente pela variação do valor de amortizações acumuladas.
- Outros ativos financeiros: -5,7 M€
 - Valor transferido pela *Wells Fargo* relativo a *Release Collateral Request*.

Ativo Corrente

- Estado e outros entes públicos: +1,3 M€, variação no período entre o valor de imposto a recuperar (IRC) e reembolsos pedidos de IVA;
- Outras contas a receber: +10,4 M€, justificado essencialmente pelo valor de adiantamento a regularizar com o fornecedor do projeto de modernização, que apenas ocorreu no mês de julho;
- Caixa e Depósitos bancários: +3,6 M€, essencialmente pelo efeito do aumento dos financiamentos para os projetos de investimento.

Capital próprio

- Incorporação das transferências da DGTF em Dotação de Capital: +125,2 M€;
- Resultados transitados: -57,1 M€;
- Variação no Resultado Líquido: +17,5 M€.

Passivo não Corrente

- Investimentos de longa duração: -53,2 M€
 - Financiamentos DGTF ILD obtidos: +34,3 M€;
 - Outros instrumentos financeiros – potencialmente desfavoráveis - ILD: -87,5 M€, variação do justo valor dos instrumentos financeiros;
- Financiamentos DGTF obtidos: +11,7 M€;
- Outros passivos financeiros: -11,8 M€, relativo à variação do justo valor dos instrumentos financeiros ML;
- Responsabilidades por benefícios pós-emprego: -1,3 M€.

Passivo Corrente

- Investimentos de longa duração: -69,3,0 M€
 - Financiamentos obtidos: variação negativa de 109,9 M€ relativa às amortizações de financiamentos BEI;
 - Fornecedores de investimento ILD: +12,4 M€
 - Outras dívidas a pagar ILD: +23,8 M€ de acréscimos de gastos-juros a liquidar e +4,5 M€ de valor do Fundo Ambiental para os projetos de investimento no âmbito do Programa de Estabilidade Económica Social;
- Fornecedores: -2,6 M€;
- Financiamentos obtidos: +18,3 M€, valor de suprimentos para cobertura de défice operacional.

Principais desvios no Balanço, face ao previsto no PAO 2.º Trimestre:Ativo não Corrente

- Desvio de -49,3 M€ em investimento ILD:
 - Investimento em Ativos fixos tangíveis: -25,8 M€, justificado essencialmente pelo atraso da consignação do Lote 2 do projeto de expansão RA/CS;
 - Imobilizações em curso: +13,4 M€, relacionado, por um lado, pela falta de estimativa relativa a adiantamentos, e por outro, pelo valor de adiantamento pago ao prestador de serviços do Lote 2 do projeto RA/CS;
 - Estado – Conta a Receber: -15,1 M€, relacionado essencialmente com as variações de instrumentos financeiros *MTM to MTM*;
 - Estado - Subsídios - Gestão Infra-Estrutura: -26 M€, pelo reconhecimento de subsídio ao investimento do Fundo de Coesão em Ajustamentos/Outras variações no capital próprio;
 - Outros ativos financeiros: +2,0 M€ variação de taxa de juro favorável ao ML;
 - Clientes: +2,0 M€, Multa contratual (HAGEN Engenharia, S.A.).
- Ativos fixos tangíveis ML: -20,2 M€, justificado essencialmente pelo desvio no projeto de modernização das linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Mat. Circulante + CBTC-Sinalização) que não teve realização no 2.º trimestre;
- Desvio positivo de 30,3 M€ em participações financeiras, pela imputação do valor residual do leasing de material circulante, inicialmente considerado em investimento;
- Outros ativos financeiros: -5,7 M€, valor não estimado de transferência de conta de depósito garantia/colateral na Wells Fargo (TREM II 2) para a conta DO. A constituição do depósito para o *Collateral Release Request*, foi superior à necessidade da garantia a prestar.

Ativo Corrente

- Inventários: desvio positivo de 1,5 M€, devido a reclassificações e regularizações;

- Outras contas a receber: -44,0 M€, por imputação de perda por imparidade do valor residual do leasing do TREM I (50,0 M€), que no orçamento estava imputado a ativo fixo tangível;
- Caixa e depósitos bancários: +22,8 M€, pelo desvio na execução dos projetos de investimento comparticipados pelo Fundo de Coesão e Fundo Ambiental:
 - DO-IGCP-F. Ambiental – RA/CS: +8,5 M€;
 - DO-IGCP-F. Ambiental – Modernização: +9,2 M€;
 - DO-IGCP -F. Ambiental – PEES: +5,1 M€.

Capital próprio

- Desvio negativo de 51,7 M€ em capital realizado, devido a Dotações de Capital inferiores ao previsto, decorrente da adaptação das necessidades de financiamento e das decisões de financiamento do acionista;
- Desvio negativo de 1,9 M€ de resultado líquido do período, face ao estimado.
- Desvio negativo de 40,3 M€ em Outras variações no capital próprio:
 - -16,2 M€ F. Ambiental - Plano Expansão - Rato/Cais Sodré
 - +23,2 M€ Fundo de Coesão
 - -13,1 POSEUR
 - -26,0 M€ Subsídios ao Investimento – ILD
 - -8,2 M€ Perdas atuariais

Passivo não Corrente

- Verifica-se um desvio positivo de 159,6 M€ em ILD, em grande parte porque se verificou um lapso na elaboração das demonstrações financeiras previsionais, tendo o valor de financiamentos a transitar para curto prazo ficado duplicado no passivo não corrente e no passivo corrente, o que originou um desvio global de 211,8 M€;
 - Ainda nesta rubrica, verifica-se:
 - -4,7 M€ em provisões para processos judiciais em curso ILD;
 - -47,6 M€ devido à flutuação do *MTM to MTM* para instrumentos financeiros ILD, favorável ao ML.
- Desvio negativo de 15,5M em provisões (Imparidades - TREM);
- Desvio de +33,2 M€ em financiamentos obtidos, decorrente da adaptação das necessidades de financiamento e respetivas decisões do acionista;
- Desvio de +8,1M€ em responsabilidade pós-emprego, encargos com pensões subestimados.

Passivo Corrente

- Verifica-se um desvio global negativo de 131,2 M€ em ILD, por um lado, pelo motivo explicitado no Passivo não corrente, de reclassificação do passivo ILD não corrente em corrente (-172,2 M€), e por outro, nesta rubrica ainda se verifica:
 - Desvio de +12,4 M€ em fornecedores de investimento ILD, relacionado essencialmente com a fatura de adiantamento do contrato ML008/21 (Projeto de Modernização das Linhas A, B e C), que apenas foi liquidada em julho;
 - Desvio de +23,8 M€ em credores por acréscimo de gastos, sendo 21,7 M€ relativo a juros de obrigações.
- Fornecedores: -2,8 M€;
- Desvio de -11,9 M€ em financiamentos obtidos, verificando-se a situação descrita para os financiamentos ILD;
- Outras Contas a Pagar: -2,3 M€, essencialmente pela não estimativa da regularização da conta de Reconciliação de Venda.

2.2. Síntese de Resultados

Quadro 5 - Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	2.º TRIM 2020	2.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Rendimentos Operacionais (corrigidos) *	26 661 739 €	36 061 029 €	39 067 142 €	-9 399 291	-26,1%	-12 405 403	-31,8%
Vendas e serviços prestados	22 822 551 €	35 607 984 €	27 171 469 €	-12 785 433	-35,9%	-4 348 918	-16,0%
Subsídios à exploração	3 364 832 €	0 €	11 620 673 €	3 364 832	-	-8 255 842	-71,0%
Ganhos imputados a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Trabalhos para a própria entidade	23 014 €	16 990 €	0 €	6 024	35,5%	23 014	-
Imparidade de inventários (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (reduções)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Aumentos de justo valor	11 822 375 €	4 004 435 €	11 953 524 €	7 817 940	195,2%	-131 148	-1,1%
Outros rendimentos e ganhos *	474 356 €	453 045 €	275 000 €	21 311	4,7%	199 356	72,5%
<i>Subsídios ao investimento</i>	621 550 €	621 550 €	556 167 €	0	0,0%	65 383	11,8%
<i>Ganhos cambiais</i>	142 802 €	14 €	0 €	142 788	988148,9%	142 802	-
<i>Ganhos em Inventários</i>	140 557 €	56 459 €	0 €	84 099	149,0%	140 557	-
<i>Mais Valias Leasing</i>	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Gastos Operacionais (corrigidos)**	58 928 945 €	58 182 795 €	63 720 047 €	746 150	1,3%	-4 791 102	-7,5%
Perdas imputadas a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 184 811 €	-1 260 636 €	-1 670 228 €	75 825	-6,0%	485 417	-29,1%
Fornecimentos e serviços externos	-15 492 110 €	-16 570 368 €	-19 603 985 €	1 078 257	-6,5%	4 111 875	-21,0%
Gastos com o pessoal	-41 952 713 €	-39 935 432 €	-42 059 388 €	-2 017 281	5,1%	106 675	-0,3%
Imparidade de inventários (perdas)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (aumentos)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Reduções de justo valor	-33 623 €	0 €	0 €	-33 623	-	-33 623	-
Outros gastos e perdas **	-299 310 €	-416 359 €	-386 445 €	117 049	-28,1%	87 135	-22,5%
<i>Perdas cambiais</i>	-245 €	-5 665 €	-2 520 €	5 420	-95,7%	2 275	-90,3%
<i>Perdas em Inventários</i>	-120 018 €	-189 643 €	0 €	69 625	-36,7%	-120 018	-
EBITDA (corrigido)	-32 267 206 €	-22 121 766 €	-24 652 904 €	-10 145 440	45,9%	-7 614 301	30,9%

* Excluindo rubricas non-cash (Ganhos em Participadas / TPE / Imparidades / Provisões (reversões) / Ganhos de Justo Valor / Subsídios ao Investimento / Ganhos Cambiais / Ganhos em Inventários / Mais valias de Leasing)

** Excluindo rubricas non-cash (Perdas em Participadas / Imparidades / Provisões / Redução de Justo Valor / Perdas cambiais / Perdas em Inventários)

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

O Quadro 5 apresenta a síntese de resultados operacionais, tendo para efeitos de análise, sido expurgado os valores das rubricas *non-cash*.

Principais variações/desvios:

Rendimentos

- **Vendas e Serviços Prestados** - Apresenta uma variação negativa de 12,8 M€ e desvio de -4,3 M€, justificado essencialmente pela quebra das receitas tarifárias, conforme detalhe no ponto 1.3 - Receitas.
- **Subsídios à exploração** – Variação positiva de 3,4 M€ e desvio de -8,3 M€ relativa ao subsídio PART variável (AML) com recebimento inferior ao estimado para o 2.º trimestre.
- **Aumentos de justo valor** – Variação de +7,8 M€ devido às flutuações dos mercados financeiros, apresentando um desvio -0,1 M€.

Gastos

- **Fornecimentos e serviços externos**

Variação de -1,1 M€:

- Trabalhos especializados: -0,6 M€;
- Conserv. e Repar – Contra. Assist. Técnica: +0,1 M€;
- Energia alta tensão: -0,8M€, pela redução da oferta;
- Rendas locação operacional: -0,7M€, excedente de estimativa de valores de renda dos TREM II;
- Serviços de Limpeza: +0,8 M€.

Desvio de -4,1 M€, com especial incidência em:

- Trabalhos especializados: -1,6 M€;
 - Vigilância e Segurança: -0,1 M€;
 - Conserv. e Repar. - Contratos Assist. Técnica: -1,0 M€;
 - Conserv. e Repar. - Equipamento Básico: -0,3 M€;
 - Outros juros - Comissões POS: -0,2 M€;
 - Energia alta tensão: -0,6 M€;
 - Condomínios Despesas: -0,2 M€. Despesa relativa à repartição de custos dos espaços e serviços comuns da Estação do Oriente, faturados pela IP, cujo valor de 2021 ainda não foi debitado ao ML.
- **Gastos com pessoal** – variação negativa de 2,0M€, decorrente da integração dos quadros da Ferconsult no ML, assim como pelo efeito das contratações autorizadas em 2020 e 2021, e o efeito das reclassificações de categorias e valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação dos instrumentos de regulação coletiva de trabalho em vigor.

2.2.1. EBITDA (corrigido)

Quadro 6 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	2.º TRIM 2020	2.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
EBITDA (DRN)	-19 670 793 €	-17 617 625 €	-12 145 733 €	-2 053 168	11,7%	-7 525 060	62,0%
Ajustamentos	12 596 413 €	4 504 140 €	12 507 171 €	8 092 272	179,7%	89 241	0,7%
Ganhos imputados a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Perdas imputadas a subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Trabalhos para a própria entidade	23 014 €	16 990 €	0 €	6 024	35,5%	23 014	-
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (reversões)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Provisões (aumentos)	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Aumentos de justo valor	11 822 375 €	4 004 435 €	11 953 524 €	7 817 940	195,2%	-131 148	-1,1%
Reduções de justo valor	-33 623 €	0 €	0 €	-33 623	-	-33 623	-
Subsídios ao investimento	621 550 €	621 550 €	556 167 €	0	0,0%	65 383	11,8%
Ganhos cambiais	142 802 €	14 €	0 €	142 788	988148,9%	142 802	-
Perdas cambiais	-245 €	-5 665 €	-2 520 €	5 420	-95,7%	2 275	-90,3%
Ganhos em Inventários	140 557 €	56 459 €	0 €	84 099	149,0%	140 557	-
Perdas em Inventários	-120 018 €	-189 643 €	0 €	69 625	-36,7%	-120 018	-
Mais Valias Leasing	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
EBITDA (corrigido)	-32 267 206 €	-22 121 766 €	-24 652 904 €	-10 145 440	45,9%	-7 614 301	30,9%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados efeitos de natureza *non-cash*, tais como diferenças cambiais, subsídios ao investimento, provisões, mais-valias e perdas/ganhos em inventários. Para possibilitar uma melhor comparação, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras, com relevante impacto no EBITDA contabilístico, nomeadamente Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor.

O EBITDA corrigido registou uma variação negativa de 10,1 M€, partindo de um EBITDA da DRN que registou uma variação de -2,1 M€, como consequência do decréscimo da receita, de aproximadamente 13 M€ face ao período homólogo, originado pelos efeitos da pandemia.

Com variação assinalável, destaca-se o Aumento de Justo Valor em 7,8 M€, por via das flutuações do *MTM to MTM*.

2.3. Fluxos de Caixa

Quadro 7 - Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa (acumulado)	REAL	PAO	Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	2.º TRIM 2021	Abs	%
Atividades Operacionais				
Recebimentos das atividades operacionais	33.679.370 €	49.894.242 €	-16.214.872	-32,5%
Pagamentos das atividade operacionais	-60.276.213 €	-70.358.676 €	10.082.464	-14,3%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-26.596.842 €	-20.464.434 €	-6.132.408	30,0%
Atividades de Investimento				
Recebimentos de Investimentos	27.672.737 €	28.832.570 €	-1.159.833	-4,0%
Pagamentos de investimentos	-28.626.169 €	-67.532.716 €	38.906.547	-57,6%
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)	-953.432 €	-38.700.146 €	37.746.714	-97,5%
Atividades de financiamento				
Recebimentos de financiamentos	189.609.425 €	211.879.217 €	-22.269.792	-10,5%
Pagamentos de financiamentos	-156.680.473 €	-171.944.049 €	15.263.576	-8,9%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	32.928.952 €	39.935.168 €	-7.006.216	-17,5%
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	5.378.678 €	-19.229.412 €	24.608.090	-128,0%
Caixa e seus equivalentes no início do período	48.854.580 €	25.729.749 €	23.124.830	89,9%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	52.650.148 €	28.042.057 €	24.608.090	87,8%

Fonte: Mfcx jun/2021 e PAO 2021-2023 (DFI)

Os recebimentos da atividade operacional não foram suficientes para cobertura dos pagamentos, tendo gerado um défice de tesouraria operacional no valor de 26,6 M€. Este resultado deveu-se, essencialmente, à forte quebra da procura em sequência do período de confinamento obrigatório, que entrou em vigor a 22 de janeiro (DL n.º 3-C/2021) e que se manteve até ao dia 15 de março, aliado ao prolongamento do teletrabalho obrigatório, para os casos em que seja possível.

No relativo à tesouraria de investimento, foram pagos 28,6 M€, com um desvio negativo de 38,9 M€, justificado essencialmente pelos atrasos dos projetos de expansão RA/CS (-7,3 M€ face ao estimado) e projeto de Modernização (-15,7 M€), tendo este último projeto sofrido alguns atrasos, nomeadamente pela ação de impugnação ao contrato assinado em 08 de fevereiro de 2020 (ML008/2020) intentada por um dos concorrentes, que apenas foi liberada a 18 de novembro do mesmo ano, tendo o respetivo visto do Tribunal de Contas sido concedido em 04 de maio de 2021 (ofício DECOP - 16984/2021).

As atividades de financiamento registaram recebimentos no valor de 189,6 M€, sendo 64,4 M€ relativo a financiamento obtido e 125,2 M€ em aumentos de capital³, para colmatar os défices de tesouraria operacional e de investimento, assim como para pagamento do serviço da dívida.

³ Ver ponto 2.4 - Modelo de Financiamento

2.4. Modelo de Financiamento

Quadro 8 - Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	2.º TRIM 2020	2.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTf	125 231 134 €	85 074 736 €	176 939 070 €	40 156 398 €	47,2%	-51 707 936 €	-29,2%
Numerário	125 231 134 €	85 074 736 €	159 619 917 €	40 156 398 €	47,2%	-34 888 783 €	-21,5%
Conversões de Crédito	0 €	0 €	17 319 154 €	0 €	-	-17 319 154 €	-100,0%
Empréstimos DGTf	64 378 291 €	90 670 513 €	52 259 300 €	-26 292 222 €	-29,0%	12 118 991 €	23,2%
Compensações Financeiras / Min. Ambiente	2 404 720 €	4 714 648 €	6 179 034 €	-2 309 928 €	-49,0%	-3 774 314 €	-61,1%
PART	709 661 €	3 568 143 €	4 354 117 €	-2 858 482 €	-80,1%	-3 644 456 €	-83,7%
PART "COVID"	3 364 832 €	0 €	11 620 673 €	3 364 832 €	-	-8 255 842 €	-71,0%
TOTAL	195 378 977 €	180 459 897 €	246 998 078 €	14 919 080 €	8,3%	-51 619 101 €	-20,9%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Até ao final do 2.º trimestre de 2021 foram concedidas dotações de capital no valor de 125,2 M€, dos quais, 110,7 M€ se destinaram ao pagamento do serviço da dívida e 14,6 M€ para cobertura do défice de investimento. Prevvia-se a dotação de 17,3 M€, por conversão de crédito, que não se concretizou.

Contratação de financiamentos no valor de 64,4 M€, dos quais, 46,1 M€ se destinaram a pagamento de *swaps*, e 18,3 M€ (empréstimo de curto prazo – suprimentos) para cobertura de défice operacional (6,4 M€ para despesas com pessoal e saldo remanescente para FSE).

2.5. Stock da Dívida

Quadro 9 - Stock da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2020		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	31.12.2020	2.º TRIM 2021	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos Obrigacionistas	910 000 000 €	910 000 000 €	910 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
BEI	110 894 494 €	220 826 473 €	110 894 494 €	-109 931 979 €	-49,8%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	2 060 896 707 €	1 996 518 416 €	1 999 907 467 €	64 378 291 €	3,2%	60 989 239 €	3,0%
Schuldschein	300 000 000 €	300 000 000 €	300 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Total	3 381 791 201 €	3 427 344 889 €	3 320 801 962 €	-45 553 688 €	-1,3%	60 989 239 €	1,8%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Até ao final do 2.º Trimestre foram amortizados 109,9 M€ relativos a financiamento do BEI. Relativamente a novos financiamentos, o ML contraiu junto da DGTf, empréstimos no valor de 64,4 M€ para fazer face aos encargos financeiros com os contratos *swap* e cobertura de défice operacional.

3. Cumprimento das Orientações Legais

3.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 10 - Plano de Redução de Custos

Plano de Redução de Custos	REAL			PAO	Δ 2021/2020		Δ 2021/2019		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	2.º TRIM 2020	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%	Abs	%
(1) CMVMC	1 184 811 €	1 260 636 €	1 976 664 €	1 670 228 €	-75 825 €	-6,0%	-791 853 €	-40,1%	-485 417 €	-29,1%
(2) FSE	15 492 110 €	16 570 368 €	16 419 811 €	19 603 985 €	-1 078 257 €	-6,5%	-927 701 €	-5,6%	-4 111 875 €	-21,0%
(2.1) FSE - COVID-19 ¹	549 645 €	283 938 €	0 €	385 923 €	265 707 €	93,6%	549 645 €	-	163 722 €	42,4%
(3) Gastos com pessoal	41 952 713 €	39 935 432 €	40 052 150 €	42 059 388 €	2 017 281 €	5,1%	1 900 564 €	4,7%	-106 675 €	-0,3%
(3.1) Integração de trabalhadores da Ferconsult ¹	910 170 €	0 €	0 €	1 017 653 €	910 170 €	-	910 170 €	-	-107 483 €	-10,6%
(4) Gastos Operacionais (a) = (1) + (2) + (3)	57 169 819 €	57 766 436 €	58 448 625 €	61 930 025 €	-596 616 €	-1,0%	-1 278 806 €	-2,2%	-4 760 206 €	-7,7%
(5) Volume de negócios (VN)	22 822 551 €	35 607 984 €	63 406 535 €	27 171 469 €	-12 785 433 €	-35,9%	-40 583 984 €	-64,0%	-4 348 918 €	-16,0%
(5.1) Perda de receita atribuível à pandemia COVID-19 ²	40 583 984 €	27 798 552 €	- €	32 055 108 €	12 785 433 €	46,0%	40 583 984 €	-	8 528 876 €	26,6%
Subsídios à exploração ³	3 364 832 €	- €	- €	17 799 708 €	3 364 832 €	-	3 364 832 €	-	-14 434 876 €	-81,1%
Indemnizações Compensatórias	- €	- €	- €	- €	- €	-	- €	-	- €	-
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	90,2%	91,1%	92,2%	104,6%	-0,9 pp	--	-2,0 pp	-2,2%	-14,4 pp	--
(7) Deslocações e Alojamento	1 364 €	7 467 €	20 822 €	16 524 €	-6 108 €	-81,7%	-19 458 €	-93,5%	-15 160 €	-91,7%
(8) Ajudas de custo	563 €	1 992 €	3 053 €	1 992 €	-1 429 €	-71,7%	-2 490 €	-81,6%	-1 429 €	-71,7%
(9) Gastos com a frota automóvel ⁴	125 130 €	124 531 €	118 532 €	188 226 €	600 €	0,5%	6 599 €	5,6%	-63 095 €	-33,5%
(7) + (8) + (9)	127 057 €	133 990 €	142 406 €	206 742 €	-6 932 €	-5,2%	-15 349 €	-10,8%	-79 685 €	-38,5%
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	447 039 €	1 028 514 €	608 939 €	2 353 684 €	-581 475 €	-56,5%	-161 901 €	-26,6%	-1 906 645 €	-81,0%

¹ Despesa deduzida aos gastos operacionais para cálculo do Peso dos Gastos/VN, conforme proposta de PAO 2021 aprovado por Despacho n.º 556/2021-SET, de 29 de junho.

² Valor de receita considerado no cálculo do Peso dos Gastos/VN, conforme proposta de PAO 2021 aprovado por Despacho n.º 556/2021-SET, de 29 de junho.

³ Inclui Compensação AML (PART).

⁴ Os gastos associados à frota incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: SAP/Fl e PAO 2021-2023 (DFI)

Tendo em conta as orientações constantes nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2021”⁴, ao cálculo do peso dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, são subtraídos os gastos que resultam das medidas tomadas para fazer face à pandemia provocada pelo COVID-19 (0,5 M€), e somadas as perdas de receita atribuíveis à mesma (40,3 M€ de receita tarifária e 0,3 M€ de receita não tarifária). Adicionalmente, foi deduzido o impacto do custo da integração dos trabalhadores da Ferconsult nos gastos com pessoal (0,9 M€), por forma a ser comparável com 2019. Assim, e no que respeita aos princípios financeiros de referência, e sobre o desempenho do ML no 2.º trimestre de 2021, salienta-se o seguinte:

- O volume de negócios é inferior em 35,9% (-12,8 M€) face a 2020 e inferior em 16,0% (-4,3 M€) relativamente ao previsto, quando comparado com o mesmo período, em 2019, o volume de negócios regista uma diferença negativa de 40,6 M€ (-64%).
- Os gastos operacionais são inferiores em 1,0% (-0,6 M€) comparativamente com o período homólogo e inferiores em 7,7% (-4,8 M€) face ao previsto. A variação face a 2019 é negativa em 1,3 M€ (-2,2%).
- Os gastos com pessoal apresentam um acréscimo de 2 M€ (5,1%), justificado com o aumento autorizado do n.º do efetivo, bem como pela integração dos trabalhadores da Ferconsult no final de 2020. Face a 2019, verifica-se uma variação positiva de 1,9 M€ (4,7%).
- No global das rubricas Deslocações e Alojamento, Ajudas de custo e Gastos com a frota automóvel, verifica-se uma redução quer face ao período homólogo (-6,9 m€, -5,2%), bem como, aos valores previstos no PAO 2021 (-79,7 m€, -38,5%), conjugado do efeito da grande redução das deslocações de pessoas que se tem sentido no País e no Mundo, no âmbito das medidas implementadas de combate à pandemia COVID-19. Quando comparado com 2019, a variação é negativa em 15,3 m€ (-10,8%).
- Os gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria apresentam uma redução face ao período homólogo (-0,6 M€, -56,5%) e face ao previsto no PAO (-1,9 M€, -81%), devido essencialmente aos atrasos nos processos de contratação das assessorias para os projetos de expansão e modernização em curso. A variação face a 2019 é de -161,9 m€ (-26,6%).

⁴ Despacho n.º 395/2020-SET, de 27 de julho de 2020.

- Comparando o resultado do rácio Peso dos Gastos/VN com o planeado, verifica-se a melhoria do mesmo em 14,4 pp; a variação 2021/2020 é de -0,9 pp e de -2,0 pp na variação 2021/2019. Os gastos operacionais decrescem em qualquer das comparações verificadas no quadro acima.

Desta forma, a empresa garante que a sua gestão é orientada para a eficiência operacional, cumprindo os princípios financeiros de referência para 2021.

3.2. Frota Automóvel

Quadro 11 - Indicadores de Frota Automóvel

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	2.º TRIM 2020	2.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
N.º de veículos	46	41	41	5	12,2%	5	12,2%
Gastos (€):							
Combustível	14 376	13 754	18 000	622	4,5%	-3 624	-20,1%
Energia	1 097	1 274	1 200	-178	-13,9%	-103	-8,6%
Conservação e Reparação	22 984	18 807	30 150	4 176	22,2%	-7 167	-23,8%
Rendas	71 947	67 871	116 761	4 076	6,0%	-44 814	-38,4%
Seguros	13 351	14 256	18 500	-906	-6,4%	-5 149	-27,8%
Impostos	1 376	1 792	3 400	-415	-23,2%	-2 024	-59,5%
Outros	0	6 776	215	-6 776	-100,0%	-215	-100,0%
Total	125 130	124 531	188 226	600	0,5%	-63 095	-33,5%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

Na análise dos gastos com a Frota Automóvel, verifica-se um acréscimo de gastos (600€) face ao período homólogo (+0,5%), e um desvio negativo face ao planeado (63,1 m€, -65,3%), neste último, para além do efeito da redução do número de deslocações no 2º trimestre do período, ainda não foi possível formalizar a alteração da entidade adjudicante dos contratos de locação operacional das viaturas da Ferconsult (6), pelo que, este gasto continuou a ser assumido pela participada.

3.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 12 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	2.º TRIM 2020	2.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	29	51	65	-22	-43,3%	-36	-55,4%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

O prazo médio de pagamento regista uma variação de -22 dias quando comparado com o período homólogo e um desvio de -36 dias. Apesar da redução das disponibilidades, decorrente essencialmente pela forte quebra de recebimento de clientes, o ML conseguiu diminuir o prazo médio de pagamento, ficando mesmo abaixo do previsto no PAO 2021.

3.4. Evolução do Efetivo

Quadro 13 - Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL		PAO	Δ / 31.12.2019		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	31 DEZ 2020	2.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Efetivo do Metropolitano de Lisboa*	1 515	1 513	1 540	2	0,1%	-25	-1,6%

*Não considera os Órgãos Sociais

Fonte: DCH | PAO 2021-2023 (DFI)

Considerando a previsão do PAO, regista-se um desvio de -25 colaboradores devido aos atrasos nos processos de contratação já aprovados em Planos de Atividades e Orçamento anteriores a 2021. De salguardar que, para além dos efeitos da pandemia que gerarem diversos atrasos nestes processos de contratação, o PAO 2020 apenas foi aprovado no último trimestre do período.

3.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 14 - Cálculo da Variação do Endividamento

FINANCIAMENTO REMUNERADO	REAL	
	2.º TRIM 2021	31 Dez 2020
Financiamento Remunerado	3 381 791 201 €	3 427 344 889 €
Capital Social	3 539 230 116 €	3 413 998 982 €
Novos Investimentos	0 €	1 498 032 €
Variação do endividamento	1,16%	

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

De acordo com a fórmula de cálculo da variação do endividamento constante nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2021”, que tem em conta novos investimentos de expressão material, o endividamento do ML variou 1,16%, mantendo, no período em análise, o cumprimento do limite de 2%.

3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 15 - Disponibilidades

UTE	2.º TRIM 2021
Disponibilidades em 30-06-2021	52 638 976 €
Depositadas no IGCP	51 462 532 €
Outras	1 176 444 €
Disponibilidades no IGCP [%]	97,8%

Fonte: DFI/Tesouraria

No final de junho de 2021, o ML mantinha 97,8% dos depósitos bancários (51,5 M€) no IGCP.

A especificidade da atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 28/04/2020, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (RJSPE), conforme N/Ref. 1521310 e 1530590. O IGCP através do seu ofício n.º 1702/2020, de 14 de dezembro, aprovou o excecionamento do cumprimento da UTE para os anos de 2020 e 2021, para os valores inerentes às operações de

financiamento contratualizadas com a banca, devendo as garantias bancárias, sempre que possível ser substituídas por depósitos caucionados em contas na tesouraria do Estado.

4. Plano de Investimento

Projeto	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º Trim 2021	2.º Trim 2020	2.º Trim 2021	Abs	%	Abs	%
Investimento ML	965 403	2 419 643	18 245 039	-1 454 240	-60%	-17 279 635	-95%
Edifícios e outras Construções	24 069	848 940	528 986	-824 871	-97%	-504 917	-95%
Remodelação e Ampliação de Espaços no Comp. Carnide	24 069	776 728	49 536	-752 660	-97%	-25 467	-51%
Outros	0	72 211	479 450	-72 211	-100%	-479 450	-100%
Equipamento Básico	724 254	1 309 262	16 869 199	-585 008	-45%	-16 144 945	-96%
Veículo esmerilador	0	0	603 333	0	-	-603 333	-100%
CITV	174 289	0	483 985	174 289	-	-309 696	-64%
Portas Mat. Circulante ML90, 95-97-99	371 613	1 258 446	0	-886 833	-70%	371 613	-
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Mat. Circulante)	0	0	11 574 634	0	-	-11 574 634	-100%
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC-Sinalização)	0	0	1 203 159	0	-	-1 203 159	-100%
Remodelação Sistema Central de Bilhética	106 440	0	0	106 440	-	106 440	-
Atualização dos validadores e visores dos canais de acesso	0	0	850 000	0	-	-850 000	-100%
Outros	71 912	50 816	2 154 087	21 096	42%	-2 082 175	-97%
Ferramentas e Utensílios	29 149	37 428	85 249	-8 279	-22%	-56 100	-66%
Equipamento Administrativo	187 932	224 014	761 605	-36 082	-16%	-573 673	-75%
COVID-19	177	30 433	5 000	-30 256	-99%	-4 823	-96%
Outros	187 755	193 581	756 605	-5 826	-3%	-568 850	-75%
Investimento ILD	26 518 508	4 755 787	42 823 268	21 762 721	458%	-16 304 760	-38%
Plano Nacional de Acessibilidades	0	808 244	295 552	-808 244	-100%	-295 552	-100%
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	23 799 447	93 755	31 077 129	23 705 691	25285%	-7 277 682	-23%
Remodelação da Linha A	19 021	489 755	1 569 849	-470 734	-96%	-1 550 829	-99%
Remodelação da Linha B	65 960	101 724	166 637	-35 764	-35%	-100 677	-60%
Remodelação da Linha C	2 222 204	2 122 051	4 575 196	100 153	5%	-2 352 992	-51%
Remodelação e ampliação Areeiro	41 003	1 262 631	314 670	-1 221 629	-97%	-273 668	-87%
Remodelação e ampliação Arroios	1 976 126	683 101	3 474 838	1 293 025	189%	-1 498 713	-43%
Outros	205 076	176 319	785 687	28 757	16%	-580 611	-74%
Remodelação da Linha D	68 308	874 473	894 284	-806 165	-92%	-825 976	-92%
Remodelação Olivais	0	572 391	107 669	-572 391	-100%	-107 669	-100%
Outros	68 308	302 083	786 616	-233 774	-77%	-718 308	-91%
Remodelação da Rede Global	343 568	265 784	4 244 621	77 784	29%	-3 901 053	-92%
Modernização Linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC - Sinalização)	0	0	2 928 767	0	-	-2 928 767	-100%
Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas	45 049	126 926	857 967	-81 877	-65%	-812 918	-95%
Outros	298 519	138 858	457 887	159 661	115%	-159 368	-35%
TOTAL	27 483 911	7 175 430	61 068 307	20 308 481	283%	-33 584 396	-55%

Fonte: SAP/CO e PAO 2021-2023 (DFI)

No período em análise, foi realizado 45% do investimento previsto a junho, apresentando um desvio negativo de 55% (-33,6 M€). A contribuir para este desvio negativo estão os projetos:

- Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC - Mat. Circulante + CBTC - Sinalização): -15,7 M€;
- Prolongamento Rato / Cais do Sodré: -7,3 M€;
- Remodelação da linha Azul: -1,6 M€
- Remodelação da linha Verde: -2,4 M€
- Remodelação da linha Vermelha: -0,8 M€
- Veículo esmerilador: -0,6 M€
- Atualização dos validadores e visores dos canais de acesso: -0,9 M€
- Substituição e Modernização de Escadas Mecânicas: -0,8 M€
- Outros investimentos ML: -2,8 M€
- Outros investimentos ILD: -0,5M€

Em comparação com o período homólogo, verifica-se uma variação de 283%, (+20,3 M€):

- Realização inferior em investimento ML (-1,5 M€):
 - Remodelação e Ampliação de Espaços no Comp. Carnide: -0,8 M€;
 - Portas Mat. Circulante ML90, 95-97-99: -0,9 M€;
 - Outros investimentos ML: +0,2 M€.

- Realização superior em investimento ILD (+21,8 M€):
 - Plano Nacional de Acessibilidades: -0,8 M€;
 - Prolongamento Rato / Cais do Sodré: +23,7 M€;
 - Remodelação e ampliação Areeiro: -1,2 M€;
 - Remodelação e ampliação Arroios: +1,3 M€;
 - Remodelação linha Vermelha: -0,8 M€;
 - Outros investimentos ILD: -0,4 M€.

5. Análise dos principais desvios

Principais desvios	Desvio	Motivo	Detalhe	Medidas
Balanço				
Ativo n/ corrente				
ILD	-49,3 M€	Baixa execução de Investimento ILD; Reconhecimento de subsídio ao investimento, relativo ao semestre.	Pág. 6	Melhoria da execução de Investimento; Reconhecimento mensal do subsídio ao investimento.
AFT	-20,2 M€	Baixa execução de Investimento ML.		Melhoria da execução de Investimento.
Participações financeiras	+30,3 M€	Imputação do valor residual do leasing de material circulante.		Inicialmente considerado como ativo fixo tangível
Outros ativos financeiros	-5,7 M€	Transferência de conta de depósito garantia/colateral na Wells Fargo (TREM II 2)		
Ativo corrente				
Inventários	+1,5 M€	Devido a reclassificações e regularizações	Págs. 6/7	Inicialmente considerado como ativo fixo tangível
Outras contas a receber	-44,0 M€	Imputação de perda por imparidade do valor residual do leasing do TREM I		
Caixa e depósitos bancários	+22,8 M€	Recebimento de subsídios do F.Ambiental		
Capital próprio				
Capital realizado	-51,7 M€	Dotações de Capital inferiores ao previsto	Pág. 7	Decorrente da adaptação das necessidades de financiamento e das decisões de financiamento do acionista
Outras variações no capital próprio	-40,3 M€	Reconhecimento de subsídios ao investimento do semestre		Reconhecimento mensal de recebimento de subsídios
Passivo não corrente				
ILD	+159,6 M€	Lapso na elaboração das demonstrações financeiras previsionais, tendo o valor de financiamentos a transitar para curto prazo ficado duplicado no passivo não corrente e no passivo corrente	Pág. 7	
Provisões	-15,5 M€	Imparidades - TREM		
Financiamentos obtidos	+33,2 M€	Adaptação das necessidades de financiamento e respetivas decisões do acionista		
Responsabilidade pós-emprego	+8,1 M€	Encargos com pensões subestimados		
Passivo corrente				
ILD	+131,2 M€	Situação descrita nos financimanetos ILD	Pág. 7	
Fornecedores	-2,8 M€	Valor sobrestimado		
Financiamentos obtidos	-11,9 M€	Situação descrita nos financimanetos ILD		
Outras Contas a Pagar	-2,4 M€	Valores a regularizar - Reconciliação de venda		

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2020		Δ / PAO	
	2.º TRIM 2021	31.DEZ 2020	2.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5.365.270.859 €	5.390.701.851 €	5.414.597.607 €	-25.430.992 €	-0,5%	-49.326.748 €	-0,9%
Ativos fixos tangíveis	92.285.274 €	98.448.584 €	112.457.334 €	-6.163.310 €	-6,3%	-20.172.060 €	-17,9%
Ativos intangíveis	1.659.294 €	1.830.425 €	1.734.581 €	-171.131 €	-9,3%	-75.287 €	-4,3%
Propriedades de investimento	12.393.626 €	12.621.462 €	12.880.469 €	-227.836 €	-1,8%	-486.843 €	-3,8%
Participações financeiras - método equiv. patrimonial	33.832.449 €	33.832.449 €	3.531.955 €	-	0,0%	30.300.493 €	857,9%
Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	48.366.041 €	54.065.280 €	54.105.280 €	-5.699.238 €	-10,5%	-5.739.238 €	-10,6%
Total do ativo não corrente	5.553.807.543 €	5.591.500.051 €	5.599.307.226 €	-37.692.508 €	-0,7%	-45.499.682 €	-0,8%
Ativo corrente							
Inventários	10.525.353 €	10.836.101 €	9.067.492 €	-310.748 €	-2,9%	1.457.861 €	16,1%
Clientes	2.391.382 €	1.718.818 €	1.718.818 €	672.563 €	39,1%	672.563 €	39,1%
Estado e outros entes públicos	5.116.107 €	3.815.038 €	3.759.442 €	1.301.069 €	34,1%	1.356.665 €	36,1%
Outras contas a receber	21.377.815 €	10.929.504 €	65.346.325 €	10.448.311 €	95,6%	-43.968.510 €	-67,3%
Diferimentos	29.437.968 €	30.388.665 €	29.793.204 €	-950.696 €	-3,1%	-355.235 €	-1,2%
Caixa e depósitos bancários	50.888.210 €	47.271.470 €	28.042.057 €	3.616.741 €	7,7%	22.846.153 €	81,5%
Total do ativo corrente	119.736.836 €	104.959.596 €	137.727.338 €	14.777.240 €	14,1%	-17.990.502 €	-13,1%
Total do ativo em investimentos de ILD	5.365.270.859 €	5.390.701.851 €	5.414.597.607 €	-25.430.992 €	-0,5%	-49.326.748 €	-0,9%
Total do ativo afeto à operação (ML)	308.273.520 €	305.757.796 €	322.436.957 €	2.515.724 €	0,8%	-14.163.437 €	-4,4%
TOTAL DO ATIVO	5.673.544.379 €	5.696.459.647 €	5.737.034.564 €	-22.915.268 €	-0,4%	-63.490.185 €	-1,1%
CAPITAL PRÓPRIO							
Capital realizado	3.539.230.116 €	3.413.998.982 €	3.590.938.052 €	125.231.134 €	3,7%	-51.707.936 €	-1,4%
Reserva legal	21.597 €	21.597 €	21.597 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras reservas	1.501.878 €	1.501.878 €	1.501.878 €	-	0,0%	-	0,0%
Resultados transitados	-1.940.806.395 €	-1.883.675.004 €	-1.938.878.109 €	-57.131.391 €	3,0%	-1.928.286 €	0,1%
Excedentes de revalorização	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras variações no capital próprio	-7.802.804 €	-7.181.254 €	32.465.024 €	-621.550 €	8,7%	-40.267.828 €	-124,0%
Resultado líquido do exercício	-39.571.047 €	-57.131.391 €	-32.190.476 €	17.560.344 €	-30,7%	-7.380.571 €	22,9%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1.589.807.420 €	1.504.768.883 €	1.691.092.042 €	85.038.537 €	5,7%	-101.284.621 €	-6,0%
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1.892.830.290 €	1.946.015.681 €	1.733.238.928 €	-53.185.391 €	-2,7%	159.591.362 €	9,2%
Provisões	40.313.289 €	40.313.289 €	55.804.148 €	-	0,0%	-15.490.858 €	-27,8%
Financiamentos obtidos	163.113.401 €	151.382.336 €	129.901.839 €	11.731.065 €	7,7%	33.211.562 €	25,6%
Derivados	31.541.556 €	43.363.932 €	31.410.408 €	-11.822.375 €	-27,3%	131.148 €	0,4%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	273.319.664 €	274.600.485 €	265.255.000 €	-1.280.821 €	-0,5%	8.064.664 €	3,0%
Total do passivo não corrente em investimentos de ILD	1.892.830.290 €	1.946.015.681 €	1.733.238.928 €	-53.185.391 €	-2,7%	159.591.362 €	9,2%
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	508.287.911 €	509.660.042 €	482.371.394 €	-1.372.132 €	-0,3%	25.916.517 €	5,4%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	2.401.118.201 €	2.455.675.724 €	2.215.610.322 €	-54.557.523 €	-2,2%	185.507.879 €	8,4%
Passivo corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	987.214.090 €	1.056.477.888 €	1.118.430.716 €	-69.263.798 €	-6,6%	-131.216.626 €	-11,7%
Fornecedores	4.658.648 €	7.230.978 €	7.483.947 €	-2.572.330 €	-35,6%	-2.825.299 €	-37,8%
Estado e outros entes públicos	3.738.784 €	3.150.333 €	3.150.333 €	588.451 €	18,7%	588.451 €	18,7%
Financiamentos obtidos	623.591.272 €	605.259.449 €	635.533.689 €	18.331.823 €	3,0%	-11.942.417 €	-1,9%
Outras contas a pagar	63.415.964 €	63.896.392 €	65.733.514 €	-480.428 €	-0,8%	-2.317.549 €	-3,5%
Total do passivo corrente em investimentos de ILD	987.214.090 €	1.056.477.888 €	1.118.430.716 €	-69.263.798 €	-6,6%	-131.216.626 €	-11,7%
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)	695.404.669 €	679.537.152 €	711.901.484 €	15.867.516 €	2,3%	-16.496.815 €	-2,3%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	1.682.618.758 €	1.736.015.040 €	1.830.332.200 €	-53.396.282 €	-3,1%	-147.713.442 €	-8,1%
Total do passivo em investimentos de ILD	2.880.044.380 €	3.002.493.569 €	2.851.669.644 €	-122.449.190 €	-4,1%	28.374.735 €	1,0%
Total do passivo afeto à operação (ML)	1.203.692.579 €	1.189.197.195 €	1.194.272.878 €	14.495.385 €	1,2%	9.419.701 €	0,8%
TOTAL DO PASSIVO	4.083.736.959 €	4.191.690.764 €	4.045.942.522 €	-107.953.805 €	-2,6%	37.794.437 €	0,9%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	5.673.544.379 €	5.696.459.647 €	5.737.034.564 €	-22.915.268 €	-0,4%	-63.490.185 €	-1,1%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2021	2.º TRIM 2020	2.º TRIM 2021	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	22.822.551 €	35.607.984 €	27.171.469 €	-12.785.433 €	-35,9%	-4.348.918 €	-16,0%
Subsídios à exploração	3.364.832 €	-	11.620.673 €	3.364.832 €	-	-8.255.842 €	-71,0%
Ganhos/perdas imp. subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	23.014 €	16.990 €	-	6.024 €	35,5%	23.014 €	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1.184.811 €	-1.260.636 €	-1.670.228 €	75.825 €	-6,0%	485.417 €	-29,1%
Fornecimentos e serviços externos	-15.492.110 €	-16.570.368 €	-19.603.985 €	1.078.257 €	-6,5%	4.111.875 €	-21,0%
Gastos com o pessoal	-41.952.713 €	-39.935.432 €	-42.059.388 €	-2.017.281 €	5,1%	106.675 €	-0,3%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	11.788.752 €	4.004.435 €	11.953.524 €	7.784.317 €	194,4%	-164.772 €	-1,4%
Outros rendimentos e ganhos	1.379.265 €	1.131.069 €	831.167 €	248.197 €	21,9%	548.098 €	65,9%
Outros gastos e perdas	-419.573 €	-611.667 €	-388.965 €	192.095 €	-31,4%	-30.607 €	7,9%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-19.670.793 €	-17.617.625 €	-12.145.733 €	-2.053.168 €	11,7%	-7.525.060 €	62,0%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-7.518.465 €	-7.816.322 €	-7.511.605 €	297.857 €	-3,8%	-6.860 €	0,1%
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-27.189.258 €	-25.433.947 €	-19.657.338 €	-1.755.311 €	6,9%	-7.531.920 €	38,3%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-12.381.789 €	-12.098.847 €	-12.533.138 €	-282.942 €	2,3%	151.349 €	-1,2%
Resultado antes de impostos	-39.571.047 €	-37.532.794 €	-32.190.476 €	-2.038.253 €	5,4%	-7.380.571 €	22,9%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-39.571.047 €	-37.532.794 €	-32.190.476 €	-2.038.253 €	5,4%	-7.380.571 €	22,9%

Fonte: SAP/FI e PAO 2021-2023 (DFI)

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
2º TRIMESTRE DE 2021**

1 – ENQUADRAMENTO

O presente relatório reporta-se às contas no final do segundo trimestre de 2021 da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e é emitido em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, e no âmbito das competências de fiscalização conferidas ao Conselho Fiscal (CF) pelo artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A fiscalização da ML encontra-se também cometida a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas¹, que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

O CF emite o presente relatório, relativo ao período findo em 30 de junho de 2021, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2021², o relatório de execução do PAO – 2º Trimestre de 2021 apresentado pelo Conselho de Administração (CA) da ML³, o respetivo relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC) remetido ao CF em 7 de fevereiro de 2022, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos Estatutos da ML, e as atas das reuniões do CA.

2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. Atividade e Investimento

Os indicadores da procura evidenciam a forte quebra dos níveis de atividade, em virtude da pandemia por COVID-19, registando-se no final do 2º trimestre de 2021, em relação ao período homólogo de 2020⁴, reduções de 38,3% no número de passageiros transportados com título pago e de 38,1% em passageiros x km. Em relação ao orçamentado, verificam-se desvios favoráveis de 3,7% e 2,1%, respetivamente.

A redução da oferta em relação ao período homólogo de 2020 é menos significativa, ascendendo a -9,3%, quer em carruagens x km, quer em lugares x km. Já em comparação com o orçamentado, registam-se desvios desfavoráveis (-20,0%) em ambos os indicadores.

Considerando o somatório da receita tarifária (bilhetes e passes), da compensação financeira dos passes sociais (4_18, Sub23 e Social+) e da compensação tarifária (PART), regista-se uma diminuição face ao período homólogo de 36,3% (-11,9 milhões € - M€). Face ao orçamentado, o desvio desfavorável foi de 13,0% (-3,1 M€).

¹ Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585).

² Objeto de aprovação através de Despacho Conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, de 2 de julho de 2021, assinado por Suas Exa. os Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade.

³ Remetido em 28 de dezembro de 2021 ao Revisor Oficial de Contas, com conhecimento ao CF.

⁴ Dado que a pandemia não teve um efeito significativo no 1º trimestre de 2020.



A título de compensação da quebra das receitas pela pandemia por COVID-19, foi atribuída à ML uma verba de 3,4 M€, muito inferior à orçamentada de 11,6 M€. Assim, mesmo adicionando aquele valor à receita tarifária e às compensações dos passes sociais e PART, a redução no conjunto destas receitas, face ao período homólogo de 2020, ascende a 26,1% (-8,5 M€).

O investimento realizado até ao final do 2º trimestre de 2021 atingiu o montante global de 27,5 M€, o que corresponde a uma taxa de execução de apenas 45% face ao projetado para o mesmo período (61,1 M€), o que representa, ainda assim, uma recuperação face à taxa de execução no 1º trimestre de 2021 de somente 33%. Face ao período homólogo de 2020 (7,2 M€), regista-se um acréscimo significativo (+20,3 M€). Realça-se o prolongamento da linha Rato/Cais do Sodré que representou cerca de 87% (23,8 M€) do total executado.

2.2. Desempenho económico e financeiro

A análise efetuada ao Relatório de execução da ML – 2º trimestre 2021 permitiu concluir o seguinte:

- O prejuízo acumulado ascendeu a 39,6 M€, traduzindo um agravamento em relação ao período homólogo de 2020 (prejuízo de 37,5 M€), em resultado da quebra nas receitas (-12,8 M€ em vendas e prestações de serviços) e apesar das variações positivas do justo valor dos instrumentos financeiros derivados (+7,8 M€).

Face ao orçamentado para o mesmo período (prejuízo de 32,2 M€), o resultado negativo obtido representa um desvio desfavorável de 7,4 M€ (23%), sobretudo pela conjugação de menores receitas que as esperadas, relacionadas com vendas e prestações de serviços -4,3 M€ (-16%) e com subsídios à exploração (-8,3 M€ de subsídio PART variável), e de menores gastos com fornecimentos e serviços externos (-4,1 M€).

- O Capital próprio aumentou 85,0 M€ (+5,7%), face a 31 de dezembro de 2020, só possível por via das dotações de capital que se situaram em 125,2 M€. Em sentido contrário, registou-se uma redução significativa nos resultados transitados (-57,1 M€).

Face ao orçamento, regista-se um desvio desfavorável de 101,3 M€ (-6,0%), realçando-se a menor execução dos aumentos de capital (-51,7 M€) e das transferências/outras variações de capital próprio do Fundo Ambiental (-16,2 M€), POSEUR (-13,1 M€), Subsídios ao investimento – ILD (-26,0 M€), bem como perdas atuariais de 8,2 M€.

- O Ativo diminuiu 22,9 M€ (-0,4%), face a 31 de dezembro de 2020, principalmente em resultado da conjugação de: (i) variação do “mark-to-market” dos derivados (-30,9 M€); (ii) recebimento de subsídios ao investimento (POSEUR) (-23,2 M€); (iii) imobilizações em curso em ILD (+26,3 M€); e (iv) adiantamento a regularizar com o fornecedor do projeto de modernização (+10,4 M€)

Relativamente ao orçamento, verifica-se um desvio desfavorável de 63,5 M€ (-1,1%), essencialmente pelo efeito conjugado de: (i) imputação de perda por imparidade do valor residual do leasing do TREM I (-44,0 M€); (ii) reconhecimento de subsídio ao investimento do Fundo de Coesão (-26,0 M€); (iii) atraso na execução de investimentos em ILD (-25,8 M€) e em ativos fixos tangíveis (-20,2 M€); (iv) variação do “mark-to-market” dos derivados (-15,1 M€); (v) imputação do valor residual do leasing de



material circulante (+30,3 M€ em participações financeiras); (vi) desvio nos recebimentos do Fundo de Coesão e do Fundo Ambiental (+22,8 M€) e (vii) insuficiência do valor orçamentado para adiantamentos relativos a imobilizações em curso (+13,4 M€).

- O Passivo diminuiu 108,0 M€ (-2,6%), face a 31 de dezembro de 2020, situando-se em 4.083,7 M€, em resultado, sobretudo, da conjugação de: (i) amortização de financiamentos do BEI (-109,9 M€); (ii) variação do justo valor dos derivados ILD (-87,5 M€); (iii) financiamentos obtidos relacionados com ILD (+34,3 M€) e para cobertura de défice operacional (+18,3 M€); (iv) juros a liquidar (acréscimo de gastos) (+23,8 M€); e (v) valores a pagar a fornecedores (investimento em ILD) (+12,4 M€).

Em relação ao valor orçamentado, regista-se um desvio desfavorável de 37,8 M€ (+0,9%), que resulta da conjugação, sobretudo, de: (i) lapso nos valores orçamentados de financiamentos relativos a ILD (+32,3 M€); (ii) insuficiência nos valores orçamentados em encargos com pensões (+8,1 M€); (iii) juros a liquidar (acréscimo de gastos) (+23,8 M€); (iv) adaptação das necessidades de financiamento (+21,3 M€); (v) desvio em valores a pagar a fornecedores (investimento em ILD) (+12,4 M€); (vi) flutuação do “mark-to-market” dos derivados relacionados com as ILD (-47,6 M€); e (vii) reversão da provisão para as responsabilidades com o TREM (-15,5 M€).

3 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS PELA DGTF

Relativamente às obrigações legais⁵ e orientações transmitidas pela DGTF aplicáveis à empresa, importa sublinhar que, através do Despacho Conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, de 2 de julho de 2021, assinado por Suas Exa. os Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade, foi aprovada a proposta de PAO para 2021 e foi concedida autorização para (i) a contratação de dez trabalhadores, devendo a empresa assegurar que o número de trabalhadores do final de 2021 não excede em mais de dez o verificado no final de 2020; (ii) o aumento dos gastos com pessoal até ao máximo de 4,3 M€, justificado pela integração dos trabalhadores da FERCONSULT - Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, SA (FERCONSULT), pelo efeito das contratações autorizadas em 2020 e 2021, e o efeito das reclassificações de categorias e valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação dos instrumentos de regulação coletiva de trabalho em vigor e da atualização do Plano de Pensões; (iii) o aumento em 75 mil euros - m€ dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel; (iv) o aumento do conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em 435 m€.

Nestes termos, e atenta a informação constante do ponto 3. do Relatório de Execução do PAO - 2º trimestre de 2021, importa salientar os seguintes aspetos⁶:

⁵ Designadamente as normas contidas na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2021 (LOE 2021), e no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que estabeleceu as normas de execução do Orçamento para 2019 (DLEO 2019) e que se manteve aplicável e em vigor em 2021.

⁶ Estabelece o n.º 7 do artigo 158.º do DLEO 2019 (em vigor em 2021) que os relatórios de execução orçamental, incluindo os emitidos pelo órgão de fiscalização, devem incluir a análise da evolução dos gastos operacionais, incluindo os gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na LOE e no respetivo Decreto-Lei.



- O peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios⁷ (90,2%) registou um desvio favorável em 14,4 p.p. face ao orçamentado e aprovado para o período, relevando que para o cálculo do referido rácio foram subtraídos os gastos (0,5 M€) e somadas as perdas (40,3 M€ e 0,3M€, de receita tarifária e não tarifária, respetivamente) justificadamente relacionadas com a pandemia por COVID-19, bem como foram subtraídos os gastos decorrentes da integração dos trabalhadores da FERCONSULT (0,9 M€);
- Tendo em consideração os termos do Despacho de aprovação do PAO 2021, bem como as orientações emitidas sobre a matéria⁸, mais concretamente os limites fixados para determinadas rubricas de gastos, salienta-se que a respetiva execução no final do 2º trimestre, com exceção dos gastos com pessoal, ficou abaixo dos limites autorizados para o mesmo período, conforme se detalha:
 - i) os gastos com pessoal observaram um desvio desfavorável de 0,1 M€ (+0,3%) face ao orçamentado e aprovado para o período (42,1 M€). Releva-se que os gastos com pessoal registaram um aumento de 2,0 M€ face ao período homólogo do ano anterior, essencialmente pelo impacto do aumento do n.º de efetivos e da integração dos trabalhadores da FERCONSULT;
 - ii) o total dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e com a frota automóvel ascendeu a 127,1 m€ o que corresponde a um desvio de -38,5% face ao orçamentado e aprovado para o período, pelo efeito da redução das deslocações de pessoal decorrente da situação pandémica, bem como pelo facto de os gastos com a locação operacional das viaturas da FERCONSULT continuarem a ser assumidos por esta;
 - iii) o total dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria registou uma execução dentro dos limites orçamentados e aprovados para o período, assinalando-se que o desvio observado (-81%, -1,9 M€) decorreu dos atrasos nas contratações das assessorias para os projetos de expansão e modernização;
- Registou-se um aumento líquido de 2 trabalhadores face a 31 de dezembro de 2020, contabilizando-se um total de 1.515 trabalhadores (sem considerar os órgãos sociais) no final do 2.º trimestre;
- O endividamento cresceu 1,16% face a 31 de dezembro de 2020, por aplicação da fórmula de cálculo constante das orientações transmitidas pela DGTF, sublinhando-se que o crescimento

⁷ Os gastos operacionais (GO), para efeitos de aferição da eficiência operacional, correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos gastos com fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal. No cálculo do rácio GO/ Volume de negócios, poderão ser excluídas as receitas e as despesas justificadamente relacionadas com a pandemia por COVID-19.

⁸ Foram estabelecidas metas de manutenção/redução dos seguintes gastos, face ao valor mais alto entre os montantes estimados para 2020 e os executados em 2019: i) os gastos com pessoal; ii) o conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel; e ii) o conjunto dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.



registado no período está dentro do limite de 2,07% aprovado no âmbito do PAO 2021 (para todo o ano);

- Através de Despacho⁹ da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., a ML foi dispensada do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria nos anos de 2020 e de 2021, exclusivamente para os valores referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados em contas na tesouraria do Estado. No final do período, a ML registava uma taxa de 97,8% de centralização dos saldos junto do IGCP.

4 – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA ML – 2º TRIMESTRE DE 2021

O CF teve também em consideração o Relatório do ROC – 2º trimestre 2021, que se considera aqui como reproduzido, no qual são elencados os aspetos relevantes em termos de evolução face ao ano de 2020 (período homólogo em termos de resultados e a 31 de dezembro de 2020 quanto à situação patrimonial) e quanto aos desvios face ao previsto no orçamento.

5 – CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, o CF emite o presente relatório que reflete o acompanhamento à execução da ML no período que terminou em 30 de junho de 2021.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo às contas no final do 2º trimestre de 2021 reflete a atividade e o desempenho da ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

O relatório de execução do PAO referente ao período que terminou em 30 de junho de 2021 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e devem ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do respetivo setor de atividade, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2022.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva

⁹ De 12 de novembro de 2020.



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
2.º TRIMESTRE 2021

Introdução

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do 2.º trimestre de 2021 do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (“ML” ou “Entidade”) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até ao final do 2.º trimestre de 2021, tendo por base a informação financeira e de gestão com referência a 30 de junho de 2021, designadamente, o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, bem como o “Plano de Atividades e Orçamento (PAO)” para 2021, na versão revista em março de 2021 e aprovada por Despacho conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade, em 2 de julho 2021 e o “Relatório Trimestral” preparado pela Entidade com referência ao 2.º trimestre de 2021 e apreciado na reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao orçamento e respetivas causas.

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
 - a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com os principais responsáveis e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - b) Análise do balancete com referência a 30 de junho de 2021 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de 6 meses findo nessa data, incluindo testes à verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte; e
 - c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.



Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

a) Balanço:

O ML apresenta no ponto 6.1 do Relatório referente ao 2.º trimestre de 2021 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes no Balanço em 30 de junho com os valores orçamentados para o final do primeiro semestre de 2021 e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano anterior e se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2020 para 2021 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Da análise efetuada aos desvios ocorridos entendemos destacar o seguinte:

- O total do **Ativo** registou um desvio de -1,1% (-63,5 M€) face ao orçamentado, que se deveu fundamentalmente às seguintes situações:
 - desvio desfavorável de 0,9% (-49,3 M€) da rubrica *Investimentos de infraestruturas de longa duração* (ILD) que se deveu, essencialmente, aos impactes das variações do “mark-to-market” dos derivados (-15,1 M€), à realização de investimento inferior ao previsto (-25,8 M€), à ausência de estimativa para os adiantamentos efetuados (+13,4 M€) e ao reconhecimento dos subsídios ao investimento recebidos (-26 M€);
 - desvio desfavorável de 17,9% (-20,2 M€) na rubrica de *Ativos fixos tangíveis*, que se deveu à realização inferior ao previsto dos investimentos ML, com especial incidência no projeto de modernização das linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC) que não teve realização no 1.º semestre;
 - desvio favorável de 30,3 M€ ocorrido na rubrica *Participações financeiras*, resultante da mensuração, através do método de equivalência patrimonial, da participação financeira do TREM, ACE (vide explicação no ponto seguinte);
 - desvio desfavorável de 67,3% (-44,0 M€) na rubrica de *Outras contas a receber*, que se deveu mormente ao reconhecimento da perda por imparidade do valor residual do financiamento contraído pelo TREM, ACE, cujo pagamento, no montante de 50 M€, foi efetuado pelo ML na qualidade de fiador desse mesmo contrato de financiamento. Simultaneamente, o ML reverteu uma provisão - ajustada do valor contabilístico do material circulante de acordo com as políticas contabilísticas de depreciação do ML - reconhecida até então para cobrir as referidas responsabilidades, retomando assim a mensuração da participação financeira através do método da equivalência patrimonial que, no essencial, reflete o valor contabilístico do material circulante objeto de locação, de acordo com as políticas de depreciação do ML; e
 - desvio favorável de 22,9 M€ ocorrido na rubrica *Caixa e Depósitos bancários*, em consequência dos desvios ocorridos na execução dos projetos de investimentos subsidiados.

- Quanto ao **Capital Próprio**, verificou-se um desvio desfavorável de 6,0% (-101,3 M€) decorrente sobretudo do seguinte:



- desvio desfavorável 51,7 M€ na rubrica *Capital realizado*, devido a dotações de capital inferiores às previstas, em consequência da revisão pelo Estado das necessidades de financiamento;
 - desvio desfavorável de 40,3 M€, na rubrica *Outras variações no capital próprio* devido ao registo de perdas atuariais, e aos subsídios ao investimento que ainda não foram reconhecidos no capital próprio; e
 - desvio desfavorável de 7,4 M€ no resultado líquido do período, cujos componentes são analisados na alínea seguinte.
- O total do **Passivo** registou um desvio desfavorável de 0,9% (37,8 M€) face ao orçamentado, que se deveu essencialmente às seguintes situações:
 - desvio desfavorável de 1,0% (28,4 M€) na rubrica *ILD* (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente), decorrente, fundamentalmente, em sentido positivo, da flutuação do “mark-to-market” dos derivados (-47,6 M€) e das provisões para processos judiciais em curso (-4,7 M€) e, em sentido negativo, dos fornecedores de investimento ILD (12,4 M€), de um lapso na preparação das demonstrações previsionais (32,3 M€), da obtenção de financiamentos da DGTF (7,4 M€), e de acréscimos de gastos (23,8 M€);
 - desvio favorável de 27,8% (-15,5 M€) na rubrica *Provisões* devido à reversão da provisão para as responsabilidades assumidas com o TREM, ACE, conforme detalhado no ponto relativo à rubrica *Outras contas a receber*, acima; e
 - desvio desfavorável de 2,78% (21,3 M€) na rubrica *Financiamentos obtidos* (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente) decorrente da adaptação das necessidades de financiamento por decisão do detentor do capital.

b) Demonstração dos resultados:

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório referente ao 2.º trimestre de 2021 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados até 30 de junho desse ano com os valores orçamentados e com os valores realizados no período homólogo do ano anterior, apresentando ainda os desvios orçamentais e a evolução de 2020 para 2021 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mencionado mapa, constata-se que o Resultado líquido do período foi de - 39,6 M€, o que equivale a um agravamento de 5,4% em relação ao do período homólogo do ano anterior (-37,5 M€) e apresenta um desvio desfavorável de 22,9% (7,4 M€) face ao orçamentado (-32,2 M€).

Os principais fatores contributivos para o desvio face ao orçamento foram os seguintes: **i)** desvio desfavorável de 16,0% na rubrica *Vendas e prestações de serviços* (-4,3 M€), devido essencialmente à diminuição das receitas tarifárias em cerca de 13,0% face ao orçamentado, **ii)** desvio desfavorável de 71,0% na rubrica *Subsídios à exploração* (-8,3 M€) devido ao recebimento do subsídio “PART Variável” inferior ao estimado, e **iii)** desvio



favorável de 21% na rubrica *Fornecimentos e serviços externos* (-4,1 M€), em consequência do abrandamento da atividade operacional.

Quanto à comparação com o período homólogo do ano anterior, destacamos em sentido negativo, a redução de 12,8 M€ verificado na rubrica '*Vendas e prestações de serviços*', decorrente essencialmente da diminuição da procura motivada pela pandemia COVID-19 e consequente decréscimo das receitas tarifárias, e o incremento dos Gastos com Pessoal de 2,0 M€ motivado pelo aumento do efetivo e pela integração dos quadros da Ferconsult. Em sentido inverso, salienta-se o aumento da rubrica *Aumentos/reduções de justo valor* no montante de 7,8 M€, o aumento dos subsídios à exploração em 3,4 M€, e o decréscimo da rubrica *Fornecimentos e serviços externos*, no montante 1,1M€.

Restrições na distribuição e uso

7. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, 7 de fevereiro de 2022

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)